

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília Class.: 1410

Data: 18.01.90 Pg.: _____

Procurador poderá processar presidente

Zenaide Azevedo
Se o governo descumprir a liminar que interdita 9,4 milhões de hectares como área indígena, assentando garimpeiros em território yanomami, o Ministério Público pretende, inicialmente, advertir as autoridades competentes, para, em seguida, recorrer ao Tribunal Regional Federal, acionando uma lei ordinária de 1950 (lei nº 1079) que define crime de responsabilidade do presidente da República e de seus ministros.

O recado foi dado ontem pelo procurador da Justiça, Eugênio José Guilherme Aragão, durante entrevista onde negou ter procurado o diretor-geral do DPF para pedir desculpas ou reconhecer enganos em sua petição, conforme afirmou, Tuma em entrevista, *anteontem*.

Guilherme Aragão explicou que foi ao gabinete de Romeu Tu-

ma, na segunda-feira, atendendo a um convite que lhe fora feito pelo assessor do diretor-geral do DPF, Antônio Carlos Sarres, onde tomou conhecimento da intenção do delegado Romeu Tuma de cumprir a liminar e retirar os 45 mil garimpeiros do território yanomami: "Fui ao seu gabinete, tivemos uma conversa ótima, e não houve desculpas de um lado ou de outro", disse Aragão, para quem houve recuo do governo na questão do garimpo na medida em que o diretor Romeu Tuma deixou de anexar, em seu relatório, o termo de compromisso negociado em Boa Vista entre o governo e garimpeiros.

Polêmica

Coincidência ou não, o fato é que enquanto Eugênio Aragão dava sua entrevista na Procuradoria, a menos de três quilômetros dali o ministro da Justiça, Saulo Ramos, também reunia a imprensa para dar sua versão sobre a questão ya-

nomami e suas últimas investidas no campo da legalização das áreas de garimpo. Saulo disse que não quer polemizar com o Ministério Público, mas insistiu na sua versão de que apenas dois milhões e 400 mil hectares foram demarcados pela Funai como área indígena. Os demais sete milhões de hectares inserem-se na liminar do juiz da 7ª Vara Federal, segundo Saulo Ramos, por causa de uma portaria da Funai, de 1987, que reservou tal área para Florestas Nacionais.

E, com base neste seu raciocínio, o presidente José Sarney deverá receber semana que vem, as três minutas de decreto permitindo garimpo em Santa Rosa, fora dos 9,4 milhões de hectares, mas também Santa Isabel e Catrimane, dentro da área interdita. O ministro disse que enviou os três estudos para que Funai, Ibama e DNPM deem seu parecer técnico sobre a questão.

Satélite controlará a região

São Paulo — Já está pronta a fase de testes do programa de rastreamento da reserva Yanomami feito pelo Instituto de Pesquisas Especiais (Inpe). Através de imagens de satélites, técnicos do Instituto analisaram cerca de oito mil quilômetros quadrados da reserva para levantar as áreas de garimpo, as pistas de pouso clandestinas e a situação dos rios que cortam a região. O programa, um convênio com a Funai assinado em dezembro passado, deverá ser finalizado em junho. Durante esse mês, os técnicos apresentarão um levantamento de toda a reserva — 19 áreas descontínuas de cerca de três milhões de hectares num território de cerca de nove milhões de hectares — com mapas detalhados. Também há o projeto de uma análise contínua da região e de rastreamento de prováveis reservas de ouro.

"O grande trunfo deste trabalho é poder dar a localização exata dos garimpeiros e de suas pistas de pouso", explica Antônio Tardin, chefe do Departamento de Pesquisa e Aplicações da área de sensoriamento remoto do Inpe e um dos seis técnicos a trabalhar no programa. "Com este levantamento em mãos, pode-se chegar ao local exato do garimpo como se utilizasse um mapa rodoviário nas estradas",

continua. As imagens coloridas do satélite norte-americano Landsat — usado normalmente para análises de superfície terrestre como cartografia e erosão, além de prospecção de petróleo — indicam para os técnicos quais as regiões da reserva estão sendo ocupadas.

Análise

As atividades de garimpo e suas consequências para o meio ambiente podem ser analisadas pelos técnicos através das cores rosa, contrastando com o verde da cobertura vegetal. As pistas de pouso têm o mesmo padrão de cores dos garimpos ou, quando apresentam algum tipo de grama, aparecem com um tom verde-claro. Os rios, que, quando limpos, aparecem num tom azul, ficam escuros quando sujos pelos detritos e materiais químicos jogados na água durante a garimpagem. "Não se pode saber o quanto há de mercúrio nessa água, mas já se pode prever que este curso d'água apresenta o metal", continua Tardin.

As fotos analisadas também podem informar quais os rios que, apesar de não apresentarem garimpo em suas margens, estão sendo atingidos pelos detritos da garimpagem, já que recebem água dos rios contaminados.

Começa reunião na Venezuela

Caracas — O subsecretário de assuntos políticos do Itamaraty, Luís Felipe Lampréia, e o vice-chanceler venezuelano Adolfo Tayhaldart, iniciaram ontem em Caracas uma reunião para abordar exclusivamente o problema dos garimpeiros, informou-se oficialmente.

A chancelaria venezuelana também confirmou a reunião a portas fechadas.

Lampréia chegou terça-feira à noite em Caracas, e antes o Itamaraty havia anunciado que o interlocutor do assunto seria o vice-chanceler brasileiro Paulo Tarso Flecha de Lima.

Lampréia e Tayhaldart viajam hoje para as zonas venezuelanas próximas às cabeceiras do Orinoco, onde os garimpeiros já desflorestaram várias áreas e despejaram mercúrio nos rios.

Os garimpeiros foram pela primeira vez detectados no território venezuelano em abril de 1989 por uma equipe que fazia a filmagem de um documentário sobre o rio Orinoco, que viu os danos que os garimpeiros causavam à floresta.

Pouco depois, forças do exército da Venezuela expulsaram do local uns três mil garimpeiros.



A aculturação dos índios Yanomami já se torna evidente